Climate & Care Initiative
Intersections for Systemic Change

DOCUMENTO DE TRABALHO

Centralizando o cuidado no financiamento climático:

um plano feminista para adaptação, resiliência e justiça climática

In collaboration with: Fundación Avina, UNRISD, Oxfam Canada, EIDAES_UNSAM, Wits University, Southern Centre for Inequality Studies, Global Alliance for Care

Funded by: IDRC · CRDI, Canada

Centralizando o cuidado no financiamento climático: um plano feminista para adaptação, resiliência e justiça climática

DOCUMENTO DE TRABALHO

MARIAMA WILLIAMS

Resumo Executivo

Este relatório sustenta que os sistemas de cuidado — que incluem o trabalho de cuidado remunerado e não remunerado, as infraestruturas de cuidado e as redes comunitárias — são essenciais para a resiliência climática, a adaptação e a justiça climática. Com base em abordagens da economia feminista, o relatório posiciona o cuidado como um pilar central para que a agenda de financiamento climático seja justa, eficaz e resiliente. No entanto, os mecanismos convencionais de financiamento climático têm falhado em reconhecer ou financiar explicitamente os cuidados.

Este documento propõe caminhos concretos para integrar os cuidados na arquitetura do financiamento climático. Apresenta um marco de políticas de financiamento climático centradas nos cuidados e recomenda reformas no Fundo de Adaptação (AF), no Fundo Verde para o Clima (GCF) e no Fundo para Resposta a Perdas e Danos (FRLD). Ao colocar os cuidados no centro, o financiamento climático pode se orientar para uma infraestrutura social que não apenas mitigue os danos, mas também promova o bem-estar coletivo, a igualdade de gênero e a dignidade diante das crescentes crises climáticas.

Os três pilares do financiamento climático centrado nos cuidados

1. **Cuidado é infraestrutura climática**
Os sistemas de cuidado são fundamentais para a resiliência, mas continuam subfinanciados e subvalorizados. Reconhecer e financiar os sistemas de cuidado como essenciais para a resiliência climática é crucial. As instituições de financiamento climático devem reorientar suas prioridades e estruturas de governança para reconhecer o trabalho de cuidado — remunerado e não remunerado — como infraestrutura essencial para adaptação, mitigação, resiliência e justiça climática.

2. Lógica reparadora centrada nos cuidados
Enfrentar injustiças históricas e redistribuir recursos para comunidades na linha de frente exige uma lógica reparadora no financiamento climático. O Fundo para Perdas e Danos deve priorizar a recuperação baseada no cuidado, incluindo dimensões de perdas e danos não econômicos, como saúde mental, continuidade cultural e coesão social. Nesse contexto, o cuidado deve ser reconhecido tanto como uma métrica de perda — revelando a erosão do bem-estar social, emocional e cultural — quanto como um modo de reparação, orientando a cura, reconstrução e resiliência comunitária.

3. Governança inclusiva — cocriar um financiamento justo
A reforma da governança é urgente. As estratégias de financiamento devem ser cocriadas com os mais afetados, especialmente as pessoas cuidadoras. As instituições de financiamento climático precisam de estruturas de governança inclusivas que elevem as vozes de mulheres, afrodescendentes, povos indígenas e outras pessoas cuidadoras historicamente marginalizadas. A governança inclusiva garante que as prioridades dos cuidados informem o desenho, a alocação e o monitoramento, incorporando a justiça no cerne do financiamento climático.

Chamada à ação na COP 30

Colocar os cuidados no centro do financiamento climático é uma necessidade material e ética para alcançar a justiça climática. Incorporar o cuidado no financiamento climático não é simbólico: transforma a retórica em redistribuição e garante que a resiliência climática esteja fundamentada na equidade, dignidade e responsabilidade compartilhada.

O resultado da 30ª Conferência das Partes (COP 30) da UNFCCC deve incorporar explicitamente o cuidado nos marcos globais de financiamento climático e nas políticas operacionais. Essa mudança transformaria o papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), bancos nacionais de desenvolvimento, mecanismos bilaterais de financiamento e financiadores privados, promovendo uma transição de modelos extrativistas para estratégias regenerativas lideradas pelas comunidades e fundamentadas na ética do cuidado.